

A Gravidez é uma Presença, não uma Doença (29. 05. 2001)

Nuno Serras Pereira

É coisa conhecida e sabida que o uso de mensagens subliminares é o melhor meio de alcançar os objectivos da *propaganda* – basta lembrar Goebbels. Estas mensagens de tão subtis parecem que o não são, ou seja, que não existem, e de tão repetidas tornam-se «evidências» indiscutíveis.

Isto é claro, por exemplo, no que diz respeito à anticoncepção ou, como hoje sói dizer-se, contracepção. Nos dias que correm, há uma convicção generalizada de que estas substâncias e artefactos, a que se recorre para evitar a concepção, são medicamentos. Por isso o Estado os subsidia, com o dinheiro dos nossos impostos; os médicos - nos hospitais, nos centros de saúde, nas consultas da caixa, na clínica privada - receitam-nos largamente; as farmácias promovem-nos e vendem-nos; algumas consultas de «planeamento familiar» distribuem-nos gratuitamente; os meios de comunicação social publicitam-nos; os «educadores sexuais» recomendam-nos com insistência desusada... Por outro lado, quem contra ela (a anticoncepção) bradar é tido como retrógrado, perigoso fundamentalista, hostilizador da ciência, adverso ao progresso, inimigo da medicina.

Ora, convém lembrar que um medicamento é uma substância a que se recorre para curar ou aliviar enfermidades. A mensagem que passa é, pois, a seguinte: a gravidez, pelo menos a «não desejada», é uma doença. «Uma doença sexualmente transmissível». Isto que é dito, implicitamente, através desta mentalidade, destes usos e costumes, é afirmado (as citações são muito abundantes) explicitamente e com todas as letras pelos ideólogos que décadas atrás começaram a promover este estado de coisas.

E no entanto, uma mulher saudável é naturalmente fértil. Enquanto que uma outra que não consiga ter filhos, por padecer de esterilidade ou de infertilidade, procura ansiosamente tratamento para a sua enfermidade. De onde se conclui que há muitas mulheres que tomam substâncias para adoecer o seu corpo de modo a que não possam conceber. É caso para perguntar quem é retrógrado e inimigo da medicina.

Porém, o mais grave é que a aceitação desta mentalidade faz com que nos consideremos a nós mesmos, *essencialmente*, uma doença. De tão habituados que estamos a definir a gravidez a partir da mãe, esquecemo-nos de que o mais importante é reconhecê-la a partir daquilo que faz com que a mulher se torne mãe. Este «aquilo» é um «aquele» ou «aquela», isto é, *alguém* - um *filho* ou uma *filha*. De facto, a gravidez só *secundariamente* é um *estado* da mulher adulta, porque esse estado é *consequência* de uma *presença*. A presença de uma *pessoa pequenina que está a crescer no seio de sua mãe*. Isto é, a *nossa* presença, alguns anos, poucos ou muitos, atrás.

Desde o primeiro instante, ou seja, desde a concepção, quando se uniram o património genético do nosso pai e da nossa mãe, que começámos a ser, com uma identidade

genética única, singular e irrepitível. Iniciámos a nossa jornada da vida sendo uma só célula, invisíveis a olho nu, incipientes, extremamente vulneráveis, desabrochando para a vida com a inocência mais absoluta que se possa imaginar, frágeis, indefesos, totalmente confiados à protecção da mãe, e fomos crescendo numa continuidade, sem dissolução, sem saltos qualitativos, sendo que a única coisa que se nos «acrescentou» foi a alimentação. Por isso a «interrupção voluntária da gravidez» é um homicídio/aborto, uma morte violenta e cruel, de que não poucas vezes, a mulher, por muitas e variadas razões, na altura não se apercebe, mas que mais tarde virá a pagar caro, tornando-se também uma vítima do crime perpetrado.